



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU MIRIM  
CURSO DE LETRAS E LICENCIATURA EM LITERATURA E LÍNGUA  
PORTUGUESA**

**A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS DESAFIOS NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES  
ESPECIAIS: Um estudo de caso na Unidade Escolar Básica Mariana Luz**

Itapecuru- Mirim  
2022

**JOÃO MARCOS BRITO VIEIRA**

**A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS DESAFIOS NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES  
ESPECIAIS: Um estudo de caso na Unidade Escolar Básica Mariana Luz**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Letras da Universidade Estadual do  
Maranhão como requisito para a obtenção de grau  
em Licenciatura em Letras com habilitação em  
Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Lúcia Holanda

Itapecuru-Mirim  
2022

**JOÃO MARCOS BRITO VIEIRA**

**A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS DESAFIOS NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES  
ESPECIAIS: Um estudo de caso na Unidade Escolar Básica Mariana Luz**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Letras da Universidade Estadual do  
Maranhão como requisito para a obtenção de grau  
em Licenciatura em Letras com habilitação em  
Língua Portuguesa e Literaturas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Lúcia Holanda

**Aprovado em 28/07/2022**

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Lúcia Holanda (Orientadora)**  
**Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**



**Prof. Esp. Frankilson Carvalho da Silva**  
**Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**  
**(1º examinador)**



**Prof.<sup>a</sup> Esp. Sherlene Regea Araújo Farias**  
**Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**  
**(2º examinador)**

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus e a todos que me apoiaram ao longo desses quatro anos.

À minha família que sempre esteve comigo me dando forças para continuar.

Ao meu irmão Júlio César exemplo no qual quero seguir.

À minha orientadora, professora Lúcia, a quem eu tenho muito respeito e admiração.

E a todos os meus companheiros de turma que estiveram comigo ao longo da minha formação.

*“Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”.*

*Salamanca*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância e a contribuição da formação docente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. De modo específico, buscou-se identificar se a formação inicial dos professores que assumem as séries finais do ensino fundamental proporciona competências para atuar junto aos educandos com necessidades especiais na Unidade Escolar Básica Mariana Luz, no município de Itapecuru Mirim/MA, e também constatar que desafios são experienciados pelos mesmos mediante o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Para a realização deste trabalho, foram necessários inúmeras pesquisas e estudos relacionados ao tema. Entre os autores dialogamos com: Carvalho (2008), Mantoan, (2003), Mendes (2010) e outros. Foram lidos também os documentos: Lei de Diretrizes e Bases de 1996; Resolução CNE/CEB n. 2 de 11 de setembro de 2001; Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. A referente pesquisa teve natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória. Posteriormente foi aplicado questionário junto aos professores que atuam na escola supracitada com o intuito de diagnosticar se a formação inicial está proporcionando competências para atuar junto aos alunos com necessidades especiais. Após a realização do estudo, evidenciamos que o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito escolar no contexto atual continua sendo um desafio que só será superado quando a sociedade como um todo entender que a inclusão não se configura apenas como uma questão de direito, mas uma questão de conhecimento e competência. Mediante a análise dos dados coletados, evidencia-se que a realidade escolar e seus professores não se consideram preparados para lidar pedagogicamente com o processo de inclusão das crianças com necessidades especiais por entenderem que no seu processo de formação obtiveram nenhuma ou pouca informação acerca dessa temática. Foi possível constatar também que a perspectiva da educação inclusiva é um conceito ainda obscuro para os educadores. A coleta de dados revela que a ineficiência da formação pedagógica docente aliada ao descompromisso das políticas públicas voltada para a inclusão escolar e o déficit de engajamento entre a família e a escola são os fatores que colaboram entre si para que a inclusão escolar não se concretize na instituição in lócus.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Formação de professores. Necessidades Especiais.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the importance and contribution of teacher training in the teaching and learning process of students with special needs. Specifically, we sought to identify whether the initial training of teachers who assume the final grades of elementary school provides skills to work with students with special needs at the Mariana Luz Basic School Unit, in the municipality of Itapecuru Mirim/MA, and also to verify what challenges are experienced by them through the teaching and learning process of students with special needs. In order to carry out this work, numerous researches and studies related to the topic were necessary. Among the authors, we dialogue with: Carvalho (2008), Mantoan, (2003), Mendes (2010) and others. The documents were also read: Law of Directives and Bases of 1996; Resolution CNE/CEB n. 2 of September 11, 2001; National Guidelines for Special Education in Basic Education. The referent research had a bibliographic, qualitative and exploratory nature. Subsequently, a questionnaire was applied to the teachers who work in the aforementioned school in order to diagnose whether the initial training is providing skills to work with students with special needs. After carrying out the study, we showed that the process of including people with special needs in the school environment in the current context remains a challenge that will only be overcome when society as a whole understands that inclusion is not just a matter of law, but a matter of knowledge and competence. Through the analysis of the data collected, it is evident that the school reality and its teachers do not consider themselves prepared to deal pedagogically with the process of inclusion of children with special needs because they understand that in their training process they obtained little or no information about this theme. It was also possible to verify that the perspective of inclusive education is a concept still obscure for educators. Data collection reveals that the inefficiency of pedagogical teacher training combined with the lack of commitment to public policies aimed at school inclusion and the deficit of engagement between the family and the school are the factors that collaborate with each other so that school inclusion does not materialize in institution in locus.

**Keywords:** Inclusive education. Teacher training. Special needs.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**A.C-** Antes de Cristo.

**CEB-** Câmara de Educação Básica.

**CNE-** Conselho Nacional de Educação.

**CONADE-** Conselho Nacional dos Direitos das pessoas com deficiência.

**CORDE-** Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

**LDB-** Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

**LIBRAS-** Língua Brasileira de Sinais.

**LP-** Língua Portuguesa.

**NNE-** Necessidades especiais.

**ONU-** Organizações das Nações Unidas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Percursos do processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto da Educação brasileira: .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva: Marcos históricos normativos.....</b>	<b>18</b>
<b>3 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 A prática pedagógica docente como elemento facilitador para a inclusão da pessoa com deficiência .....</b>	<b>28</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>5.1 A formação e a competência do professor frente ao paradigma da inclusão escolar.....</b>	<b>35</b>
<b>5.2 Prática docente e seu método didático para o processo de inclusão.....</b>	<b>38</b>
<b>5.3 O papel da escola e o compromisso legal de incluir .....</b>	<b>42</b>
<b>5.4 A escola durante a pandemia.....</b>	<b>46</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar sobre o tema: A formação docente diante dos desafios no processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades especiais na escola Mariana Luz. Ao abordar sobre a inclusão das pessoas com NEE, logo nos remete ao princípio fundamental da escola inclusiva que nos lembra que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”, princípio este preconizado pela Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994.

Este trabalho teve como **objetivo geral** analisar a importância e a contribuição da formação docente para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Quanto aos **objetivos específicos** buscou-se identificar se formação inicial dos professores de Língua Portuguesa que assumem as séries finais do ensino fundamental proporciona competências para atuar junto aos educandos com necessidades especiais na Unidade escolar Básica Mariana Luz, no município de Itapecuru Mirim/MA, bem como constatar que desafios são experienciados pelos os professores de língua portuguesa das séries finais do ensino fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades especiais.

Quanto às hipóteses levantadas neste trabalho optamos por: **Hipótese 1:** Os professores de língua portuguesa do ensino regular da escola Mariana Luz não têm sido preparados para lidar com crianças com necessidades especiais. A formação do professor se caracteriza como um dos principais fatores referentes ao trabalho com alunos com necessidades especiais, o preparado desde a formação inicial a respeito da educação especial proporciona competências para atuar em meio as necessidades educacionais de alunos especiais, no entanto grande parte dos professores do ensino regular não foram preparados para lidar com essa tarefa, a falta de formação reflete diretamente nesse aspecto. **Hipótese 2:** A falta de recursos e de formação continuada são os problemas mais recorrentes para a dificuldade do ensino inclusivo na escola. A falta de recursos físicos e pedagógicos e o despreparo do corpo docentes mediante ao trabalho com alunos com NEE se constata como os principais desafios enfrentados pelas escolas na tarefa de inclusão de alunos com necessidade especiais.

É importante ressaltar que a ideia que embasa a presente discussão e análise em foco é a formação de professores e nesse aspecto Prieto (2003, p.127) revela que no processo de formação dos respectivos profissionais é preciso “criar condições adequadas

para que esses respondam às necessidades de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades especiais.”. O autor enfatiza ainda que:

“os cursos de formação inicial e continuada devem qualificá-los para analisar diversas situações que envolvem processos de ensino e aprendizagem e propor alternativas adequadas a cada uma delas, visando a garantir o direito de todos a educação de qualidade”. (PRIETO 2003, p.127).

Para o embasamento teórico desse estudo buscamos renomados autores da área da inclusão e de formação de professores como Marchesi (2001), Carvalho (2008), Mantoan, (2003), Mendes (2010), Crochick (2011), Rodrigues (2001), entre outros que epistemologicamente contribuirão para elucidar a temática em questão.

Com intenção de investigar tais pressupostos, o presente trabalho alinha-se de forma progressiva a partir da seguinte organização: estruturado em seis seções. A primeira se caracteriza pela introdução, onde abordamos pontos relevantes acerca do processo de inclusão e a formação do professor diante dos desafios de mediar as aprendizagens e as interações sociais dos alunos com deficiência, bem como os objetivos galgados para a construção desse estudo. Na segunda seção tratamos do contexto histórico das pessoas com deficiência, caracterizando cada período ao longo da história. Na terceira seção é comentado sobre a formação docente para atuar no processo de inclusão escolar, numa perspectiva de análise crítica. Na quarta seção discorre-se sobre os procedimentos metodológicos, considerando parte importante para a realização desse estudo, pois de acordo com Demo (1994) é o que tornará possível a definição dos passos metodológicos determinantes do caminho que o pesquisador vai seguir, identificar as partes, os métodos, técnicas, leituras, discussões, e a base teórica a serem trilhadas durante a busca. Na quinta seção expõe-se a análise e discussão dos resultados obtidos pela a realização da pesquisa. Em seguida, na sexta seção, apresentamos as considerações finais.

O professor historicamente se protagoniza como o profissional que assume um papel relevante no contexto educacional e social. Podemos considerar que um dos fatores mais importantes para a qualidade da educação é a formação de professores. Estudos e pesquisas revelam que quando se trata de Educação especial e inclusiva a qualificação dos professores e o seu desenvolvimento profissional são condições imprescindíveis para que se construa práticas pedagógicas inclusivas nas escolas. Marchesi (1998) apud Rodrigues (2001, p. 103) aponta que a formação docente mantém uma relação estreita com as atitudes ante a diversidade dos alunos.

Diante da importância da respectiva temática e como professor em formação em Letras, surgiu o interesse em pesquisar esse universo, considerando que num futuro bem próximo esse conhecimento servirá de base para uma atuação efetiva no contexto da inclusão. Com base nessa premissa que a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: A formação docente contribui para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades especiais nas salas de aula da Escola Mariana Luz?

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para abordar sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no contexto escolar na contemporaneidade, primeiro se faz necessário lançar o olhar para o movimento político histórico para compreendermos melhor o seu significado na atualidade. Como bem enfatiza Ribeiro (2003, p. 42) “as raízes histórica, filosófica, sociológica e psicológica permitem contextualizar o tema e entendê-lo em sua significação mais profunda”.

Nesse aspecto, observa-se que a forma de interpretar a questão das pessoas com necessidades especiais se caracteriza como um processo historicamente construído por cada sociedade com base na sua cultura, valores, crenças, consciência e convicções. Dessa forma, as pessoas dotadas de uma condição biológica física e sensorial incapaz foram, em distintos períodos históricos, marginalizadas, aniquiladas. Na antiguidade as pessoas com deficiência não eram nem consideradas como seres humanos. Pessoas nobres e plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com alguma deficiência.

Em Esparta na Grécia antiga onde o marco principal era o seu forte militarismo nos campos de batalha, não tinha espaço para pessoas com deficiência, predominava o culto ao corpo perfeito, os deficientes eram sacrificados ou totalmente banidos da sociedade. A sociedade Esparta, em meados do século IV A.C., considerava que as crianças que nasciam com deficiência física ou mental eram seres subumanas e por isso deviam ser abandonadas para morrer, ou deveriam ser lançadas do alto dos precipícios.

Segundo registros, os pais de qualquer criança recém-nascida tinham a obrigação de apresentar a criança aos conselhos de Esparta para uma averiguação. Os sábios avaliavam o bebê e se chegassem à conclusão de que era uma criança normal e forte, ele era devolvido aos pais. Mas se os sábios notassem que o recém-nascido possuísse qualquer limitação física, os mesmos recolhiam o bebê sob autorização do estado para um local onde era conhecido como “Apothetai” (depósitos), que se tratava de um precipício. Pois se tinha-se a ideia de que o melhor para o estado e a família seria que a criança não vivesse, já que ele não se mostrava forte e saudável desde seu nascimento. (Licurgo de Plutarco apud Silva, 1987, p. 105).

Em Roma não era diferente, as pessoas com necessidades especiais eram consideradas monstros. Ao nascer uma criança que apresentasse quaisquer limitações ou deformidades não tinha direito à vida, o próprio pai exterminava a criança. Segundo a lei era permitido o pai matar seu filho recém-nascido que apresentasse alguma deformidade por intermédio do julgamento de cinco vizinhos.

No Egito antigo, por volta de 2.500 a.C., segundo registros, os deficientes viviam em condições melhores comparado a Roma e a Grécia antiga. Dentre os povos da história antiga, os egípcios são os que possuem os registros mais remotos. Segundo papiros os egípcios viam a deficiência ou limitação como “males incapacitantes”, os mesmos possuíam diferentes formas de tratamento que possibilitava a vida dos indivíduos com certo grau de limitação física, sensorial ou intelectual. Na escola de Alexandria, que existiu por volta de 300 a.C, ficaram registros de medicina utilizada para os tratamentos de males que afetavam os olhos e os ossos das pessoas.

Na Idade Média, por influência da doutrina cristã a atitude adotada em relação às pessoas com necessidades especiais, passaram a ser de tolerância, de aceitação caritativa. Segundo Ribeiro (2003, p. 42). “Como merecedoras de caridade, deveriam ficar segregadas, recebendo moradia e alimentação”. O autor ainda em referência a atitude da Igreja para com as pessoas deficientes, que além de submetê-los em situação de segregação, assiná-la que:

“Essas pessoas viviam em situações de torturas, promiscuidade, e por serem pessoas diferentes do que era considerado normal foram vítimas por conta de concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas”. (RIBEIRO 2003, p. 42).

Devido às condições precárias de que a população vivia, o povo tinha o hábito de acreditar que o nascimento de uma criança deficiente seria um castigo divino. Esse período se caracterizou pela falta de informações, educação, conhecimento sobre doenças e também pelo medo ao desconhecido, se tornando uma época obscura para as pessoas com necessidades especiais devido às explicações religiosas. As grandes superstições da população guiavam seus pensamentos, e a única coisa que sobrava para os deficientes era o abandono e a discriminação. Por volta dos séculos XV e XVII as mudanças socioculturais começaram devido á doutrina cristã. O valor humano obteve espaço em relação a alienação da ira divina. Esse novo modo de pensar alterou a vida dos menos privilegiados.

Na idade média várias instituições eram mantidas pela igreja, mas como o número de instituição não atendia a demanda necessária para todos os deficientes, muitos ficavam à mercê da sociedade. Alguns eram aceitos por famílias, onde serviam como bobos da corte. No século XIV a primeira legislação que tratava das pessoas com deficiência mental foi criada por Eduardo II, rei da Inglaterra. A partir dessa lei surge a diferença entre deficiência mental e doença mental. Por volta de 1650, em Londres, “Thomas Willis” descreveu o estudo sobre o cérebro humano e alegou que as deficiências aconteciam devido às alterações no cérebro.

Em 1770 “Abade Eppée” fundou em Paris a primeira instituição de surdos e mudos, o mesmo influenciou muitas pessoas com suas obras, dentre elas o inglês Thomas Braidwood e o alemão Samuel Herneke que fundaram em seus respectivos países instituições para surdos e mudos. Hernecke ainda criou o método oral muito utilizado para ensinar surdos e mudos, ler a partir do movimento dos lábios, que hoje é conhecido como leitura labial.

Com o início da idade moderna, com o predomínio da filosofia humanista, e o advento das tecnologias, as investigações científicas sobre as pessoas com deficiência passam a ser do ponto de vista da Medicina. Ampliaram-se os estudos e experiências acerca das deficiências, contribuindo dessa maneira para um novo cenário. Entre os séculos XV e XVII, na Europa cristã, ocorreram mudanças socioculturais, mudanças essas que teve como foco o reconhecimento do valor humano, a fim de mudar padrões impostos na idade média. Esse novo modo de pensar revolucionou a vida dos mais pobres, marginalizados e as pessoas que possuíam alguma limitação.

Ao longo dos séculos XVI e XVII na Europa foram construídas em vários lugares áreas de atendimento especializado para pessoas com NEE. No século XIX Louis Braille criou o sistema de escrita utilizado pelas pessoas cegas “Braille” que é usado até os dias atuais. Ainda no século XIX, ocorreram melhorias significativas para essas pessoas. Devido os reflexos humanistas da revolução foi notável que as pessoas com necessidades especiais não só precisavam de hospitais e abrigo, mas também de atendimento especializado. Nesse período começou a ser feitos estudos de cada deficiência de forma específica para que fosse feito o melhor tratamento possível.

Maria Montessori teve grande contribuição para um atendimento qualificado às crianças com deficiência. A mesma desenvolveu um programa de treinamento para crianças deficientes mentais em Roma. Suas habilidades percorreram por diversos países da Europa e da Ásia. Montessori prezou pelo uso de materiais didáticos na autoeducação, desenvolveu um método onde procurava adequar a metodologia às peculiaridades de cada aluno.

Em 1970, nos Estados Unidos foi dado o primeiro passo para as teorias sobre inclusão: a rede de informações e as leis aprovadas a fim de garantir o aprendizado dos educandos; proporcionaram melhoras nas condições de vida para as pessoas com deficiência.

Em 1985, realizaram-se a Assembleia geral das Nações Unidas e o programa ação mundial para as pessoas deficientes, a qual lança um programa de ação mundial para as pessoas deficientes, recomendando: quando for

pedagogicamente factível, o ensino da pessoa deve acontecer dentro do sistema escolar normal. (GUELBERT, 2007, p. 34-35).

Nos anos 90 os primeiros movimentos que apontavam projeto educacional começaram a surgir. As escolas começaram a fazer uso da palavra inclusão no sentido da palavra, não só estar presente na sala de aula fisicamente, mas fazer parte de todas as atividades escolares pedagógicas, integrando-se com os demais alunos, e assim aprender de acordo com suas potencialidades e limitações (STAINBACK, 1999).

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século XXI envolvendo todos os países. (SASSAKI, 1997 apud MINETTO, 2010, P. 47).

O modelo ideal de escola inclusiva é a democratização escolar e a aceitação das diferenças. O sistema de ensino deve adequar-se aos alunos independentes de suas limitações, a fim de que a inclusão aconteça de fato. A partir da Declaração de Salamanca (1994) uma nova educação especial passou a ser concebida, esse documento alega que todas crianças possuem características, interesses, habilidades e peculiaridades únicas. Portanto o direito à educação é algo incontestável, aqueles com necessidade especiais devem ter acesso a escola e a uma pedagogia adequada a criança que seja capaz de suprir suas necessidades e assim evitar quaisquer atos discriminatórios na sala de aula regular.

O que podemos observar com clareza ao mergulharmos nosso olhar no processo histórico da exclusão das pessoas com deficiência. Cada período e cada sociedade estabeleciam conceitos diferentes em relação às respectivas pessoas, umas consideravam como verdadeiras aberrações, loucos, degeneração da raça humana, monstros e com isso deveriam ser “expostas” ou até mesmo eliminadas pelos os transtornos que provocavam na sociedade.

Com o início da idade moderna, com o predomínio da filosofia humanista e o advento das tecnologias, as investigações científicas sobre as pessoas com deficiência passam a ser do ponto de vista da Medicina. Ampliaram-se os estudos e experiências acerca das deficiências contribuindo dessa maneira para um novo cenário.

## **2.1 Percursos do processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto da Educação brasileira:**

No Brasil não ocorreu de forma diferente comparada a outras civilizações antigas, pois o período inicial caracteriza-se por eliminação e exclusão das pessoas com necessidades especiais. A cultura dos povos indígenas costumava exterminar as pessoas

que nascessem com deficiência e abandonar as que manifestassem alguma deficiência tardiamente. Isso acontecia devido as crenças, os mesmos acreditavam que essas pessoas deveriam ser sacrificadas ou caso contrário coisas ruins iriam acontecer, o sacrifício servia como sinal de respeito e temor a Deus.

Em torno do século XX surgiram as primeiras iniciativas voltadas para essas pessoas, principalmente na área educacional. “A situação das pessoas com deficiência começou a ser divulgada a partir de 1981. Inclusive, elas mesmas começaram a tomar consciência de si como cidadãs, passando a se organizar em grupos ou associações” (Figueira, 2008, p. 119).

Em 1986 foi criado no Brasil a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), que se trata de um órgão da secretaria de direitos humanos, responsável pela gestão de políticas públicas voltada para a integração de pessoas com necessidades especiais. Em 1987 o Brasil decidiu adotar as recomendações da ONU referente a ementa da carta de magna de 1967 de nº 12 que articula a melhoria social e econômica das pessoas com necessidades especiais mediante:

I - Educação especial e gratuita; II - Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III - Proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV - Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. (EMENDA CONSTITUCIONAL nº 12, 1978)

Referente ao movimento mundial em defesa dos deficientes, o presidente do Brasil José Sarney, em 1989, aprovou a Lei nº 7.853 que considera os valores da igualdade, tratamento e oportunidades a fim de garantir a essas pessoas ações governamentais necessárias sem qualquer tipo de discriminação e preconceito. Em 1999 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das pessoas com deficiência (CONADE) que se trata de um órgão superior, que tem como objetivo acompanhar e avaliar o progresso das políticas de inclusão e setoriais.

O Decreto nº 3.298/99 nos Art 1/2 estabelece:

I- A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. II- Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (DECRETO nº 3.298/99 nos Art 1/2)

Ao longo de anos foram feitas muitas conquistas, o código de processo civil de 2002 foi um dos grandes marcos na proteção de pessoas com necessidades especiais. No Art. 1º cita que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência em 2007 que gerou um grande marco histórico na luta dos deficientes brasileiros. A convenção da ONU estabelece políticas nacionais de inclusão, onde trata-se de promover e assegurar os exercícios de todos os direitos humanos das pessoas com necessidades especiais, promovendo o respeito pela dignidade, e aponta para a necessidade de o poder público gerar políticas que envolvesse os âmbitos da vida da pessoa deficiente. E em 2015 foi implementada a lei brasileira de inclusão nº 13.146/2015 que tem como objetivo assegurar e promover condições de igualdade, exercícios dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com necessidades especiais, visando à sua inclusão social e cidadania.

Atualmente na sociedade brasileira, as pessoas deficientes ainda lutam contra uma série de desafios tanto no setor público quanto no privado. Ainda são necessárias muitas mudanças, para que não haja exclusão e discriminação. No artigo 5º da carta magna brasileira cita que “ninguém é diferente dos demais, sendo todos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”.

## **2.2 Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva: Marcos históricos normativos**

As pesquisas científicas e um número acentuado de autores fixam a década de 1970 como um período em que educação especial e inclusiva se institucionaliza, dado a ampliação do número de textos legislativos e a implementação de associações em prol da respectiva questão. De acordo com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Artigo 9º define que:

“à clientela de educação especial como os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados”. (LEI 5.692, de 11 de agosto de 1971.)

Em 1989 a lei nº 7.853/89. Art. 1º Estabelece normas que certificam direitos e exercícios de plena cidadania para indivíduos que possuem deficiência, e sua efetiva integração social. E ainda alega como crime recusar, adiar, suspender ou cancelar a matrícula de algum estudante devido a sua deficiência, seja no setor público ou privado.

Vale ressaltar que na década de 1990 mediante os efeitos das conquistas instituídas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que especificamente no seu Art.

206, declara a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e destaca no Art. 208 o dever do Estado com a educação, efetuando a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos, inclusive aos que não tiveram na idade própria, e ainda, atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Mendes (2010, p. 105) considera que:

“A partir da promulgação desta constituição iniciou-se uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino”. (MENDES, 2010, P. 105).

Ainda na década de 1990 destaca-se como o outro marco importante voltado para a questão da educação especial e inclusiva: a Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada na Tailândia no ano de 1990, que aludiu a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, evidenciou que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com necessidades especiais requerem atenção especial e é necessário tomar medidas que vise garantir a igualdade de acesso à educação à todas as pessoas que apresente qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. Sabe-se que a educação pode contribuir para as vivências de cidadania, equidade, inclusão e socialização, sendo uma prática social que visa o desenvolvimento humano em suas habilidades, competências e potencialidades, ao mesmo tempo, favorecendo o progresso social, cultural e econômico, por efeito disso documentos internacionais passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Conforme a ideias dos autores Sousa e Kerbauy, (2018)

“O reconhecimento da educação como um direito humano demonstra a sua importância enquanto aspecto fundamental para a promoção da dignidade humana, em especial, pelo seu caráter de imprescindibilidade para o exercício da cidadania. A dignidade da pessoa humana constitui valor crucial para a natureza e progressividade dos direitos humanos. Desse modo, o seu reconhecimento deve ser garantido pelos direitos capazes de promovê-los”. (SOUSA E KERBAUY, 2018, p. 667).

Na sequência de documentos que tratam de questões relacionada aos direitos das pessoas com deficiência a Declaração de Salamanca (1994) define que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (...) As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. O desafio que enfrentam as escolas inclusivas é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves. (SALAMANCA 1994).

A Declaração de Salamanca, conforme Ribeiro (2003, p. 47), representou um novo ponto de partida para as ações em prol da educação especial ao reafirmar que todas as pessoas têm direitos à educação, inclusive as crianças e os jovens excluídos dos sistemas de ensino por apresentarem necessidades especiais diferentes da maioria dos outros alunos.

Essa mesma declaração conclama os governos a “dar mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, de modo que possam atender todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais”. Convoca ainda que os governantes devem:

“assegurar que num contexto de mudanças sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educativas especiais nas escolas. (UNESCO, 1994).

Na década de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional (Lei 9394/96) comprometida com a ação educativa e com a formação de cidadãos delibera que a Educação Especial é parte integrante da Educação Geral e define o princípio da inclusão. No seu Art. 59 preceitua que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL. Lei nº 9.394 artigo 59, de 20 de dezembro de 1996)

Entendemos que os desafios inerentes a implantação da política educacional inclusivo no Brasil são inúmeros, no entanto, pesquisas revelam que o despreparo dos professores ocupa lugar de destaque. De modo específico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) define que os sistemas escolares devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Nesse aspecto é importante levar em consideração o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e reiterado pela Resolução 2/01 que intitula que professores do ensino sejam capacitados para a integração dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns e professores com especialização adequada para atendimento especializado. As organizações de ensino superior devem organizar seu currículo de formação docente direcionada para as diversidades dos educandos, conhecendo as peculiaridades dos alunos especiais.

O Decreto nº 3.298, de 1999 define que a Política Nacional para a Integração da Pessoa com necessidade especial compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com NEE. Esse decreto ressalta a atuação da educação inclusiva na tange dos alunos com deficiências.

É importante ressaltar a (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) que determina que todos os alunos devem ser integrados ao sistema de ensino. A escola é a responsável pelo atendimento dos alunos especiais, a mesma deve certificar-se que esses alunos possuem as condições necessárias para uma educação de qualidade. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real dos educandos especiais para que assim se possa prestar o devido atendimento especializado. É preciso engajamento por parte da escolar trabalhar com as diferenças e está sempre apta aos princípios da inclusão, reconhecendo as individualidades de cada aluno. Não se pode apenas inserir um aluno com necessidades especiais na turma e esperar que ele aprenda sendo que a metodologia não se aplica ao mesmo. O currículo escolar deve estar voltado para a superação das dificuldades próprias de cada aluno.

Em 2002 a libras foi reconhecida na Formação Docente. De acordo com a lei nº 10.436/02 a Língua Brasileira de Sinais ficou reconhecida como meio de comunicação das pessoas surdas e mudas, dando maior visibilidade para a comunidade. Em 2005 a Libras passou a ser obrigatória nos cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia. Sabe-se que comunicação é algo primordial na vida das pessoas, tratando-se da comunidade surda não seria diferente. Então o intuito dessa lei é que tenha pessoas capacitadas com o domínio da língua de sinais evitando empecilhos de comunicação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, estabelece que todos os estados devem promover um sistema de educação inclusiva em todas as redes de ensino. Assim possibilitar para as pessoas com necessidades especiais acesso em todos os níveis e modalidades de ensino. A igualdade e oportunidade para todos e o respeito pelo desenvolvimento das habilidades das crianças com NEE e a

preservação de sua identidade precisam ser levados em conta para a melhoria da qualidade de ensino no sistema educacional.

De acordo com o Decreto 6.571 da legislação: A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O decreto tem finalidade ampliar o atendimento educacional dos alunos deficientes e garantir recursos para os estudantes em escolas públicas que estejam recebendo atendimento educacional especializado.

Em 2003 a lei nº 2.678/02 da portaria aprovou o uso do Braille considerando de interesse do governo federal adotar em todo território nacional políticas de diretrizes e normas para o uso, ensino e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa. O uso do Braille precisa ser usado como processo metodológico para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas cegas, é necessário que esse processo aconteça desde os primórdios da educação infantil e desenvolvido ao longo das demais etapas da educação básica.

A escola é a responsável por oferecer aos alunos com deficiência visual o devido suporte adequado para que os mesmos possam se desenvolver de maneira similar comparado aos demais estudantes. A escola deve favorecer a inclusão das peculiaridades desses alunos. Nesse aspecto a formação de professores é necessária para que se possa atender esses alunos. O professor ao receber o aluno deficiente visual muitas das vezes pode se sentir inseguro e acuado devido a sua falta de formação e experiência para lidar com o mesmo. De acordo com a resolução n.º 4 de 2009 o principal foco é a complementação da formação do educando e disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade, estratégias e metodologias que possam eliminar quaisquer tipos de barreiras, para a plena participação em sociedade e o desenvolvimento de sua aprendizagem.

No artigo 18 da resolução número 2/2001 estabelece que os professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais precisam:

- I – Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III – Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, artigo 18, de 11 de setembro de 2001).

Ainda no artigo 18 da resolução parágrafo II considera que os professores especializados em educação especial são aqueles que sabem lidar e identificar as necessidades educacionais especiais, e a partir disto implementar estratégias e flexibilização, adaptação curricular e procedimentos metodológicos que auxiliem os educandos especiais, a fim de promover a inclusão dos mesmos

O Decreto nº 6.094/07 de 2007 define o plano de metas e compromisso todos pela educação, fortalecendo os laços entre a união, estados, distritos federais e municípios para melhoria da qualidade da educação básica, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas da rede pública. Em relação aos princípios da educação inclusiva de acordo com o Art. 17. Da resolução 2/2001 as escolas públicas e privadas devem atender todos os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

Muitas adversidades foram superadas ao longo dos anos para que se pudesse ter um sistema um sistema educacional inclusivo, gratuito para todos que oferecesse as mesmas oportunidades para todos. Apesar de todos os pontos positivos que a inclusão proporciona no contexto atual, a mesma não acontece de fato como deveria nas escolas de todo país, e isso reflete um retrocesso a todas as conquistas legais alcançadas historicamente.

### **3 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

São inúmeros os fatores que contribuem para o processo de inclusão, todavia a formação do professor para atuar com alunos com deficiência se caracteriza como um dos maiores desafios para a concretização de uma escola que realmente seja capaz de acolher e promover a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais. Considera-se então, que a formação do professor é expressamente relevante para que de fato o processo de inclusão se concretize, mas que o mesmo deve estar qualificado a trabalhar com os respectivos alunos, adequando sua metodologia para que os mesmos, possam se sentir incluídos dentro e fora da sala de aula. Na concepção de Mazzota, (2000. P.41):

“à educação especial e inclusiva se caracteriza por alguns elementos tais como: currículo adaptado, recursos materiais, equipamentos e aparelhos específicos e profissionais adequadamente preparados. (MAZZOTA, 2000. p.41)

Na concepção de Schwartzman, (2000, p. 65), “os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com as crianças com necessidades especiais”, e acrescenta em seguida que “esse preparo, por melhor que seja o método utilizado pelo professor, as chances de sucesso serão muito limitadas”.

Na concepção de Marchesi (1998) apud Rodrigues (2001) p. 103), “é muito difícil avançar para uma perspectiva de escola inclusiva sem que todos os professores, não só os especializados em educação especial, desenvolvam uma competência suficiente para ensinar todos os alunos”. Nessa linha de raciocínio, Denari, 2008, p. 45, argumenta que para a efetividade do processo de inclusão, professores e demais equipe escolar necessitam contar com um repertório de destreza, conhecimentos, enfoque pedagógicos, métodos e materiais didáticos adequados.

A disciplina de Língua Portuguesa é um elemento essencial no processo de alfabetização e comunicação dos estudantes. O domínio LP contribui para que os alunos tenham um bom desenvolvimento em todas as disciplinas. A importância da aprendizagem da mesma é fundamental, para a participação social e afetiva, já que é por ela que nos comunicamos, estabelecemos relações sociais, expressamos pontos de vista e compartilhamos visões de mundo. A escola tem a responsabilidade de garantir os alunos compreendam os conhecimentos linguísticos, fundamentais para o exercício da cidadania.

Quando abordamos sobre o ensino de LP com alunos com necessidades especiais é necessário que o professor de língua portuguesa estimule os alunos a ler,

trabalhando a escrita e a oralidade dos mesmos. É necessário que o educador tenha a sua disposição recursos pedagógicos, para auxiliar o mesmo mediante ao processo de ensino-aprendizagem, a fim de desenvolver uma metodologia satisfatória para o ensino da LP nas escolas.

A inclusão precisa acontecer em todas as redes e níveis de ensino, seja ele no setor público ou privado, mas não são os alunos que precisam se adaptar a escola e sim a escola aos alunos: “É a escola que precisa mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!” Mantoan (2003, pg. 8), ou seja, a escola precisa se adaptar para respeitar e acolher as necessidades de todos os alunos. Políticas educacionais são um grande eixo no processo inclusivo. Salamanca (art. 11º, p 13) afirma que: O planejamento educativo traçado pelo governo deve focar-se na educação para todos, todas as regiões do país precisam ter ótimas condições econômicas, por meio de escolas públicas e privadas.

A educação inclusiva exige uma reestruturação no sistema de ensino. O ato de incluir não deve vir somente do professor, à cooperação da turma, gestores, pais e a comunidade é fundamental para a integração dos discentes com deficiência, assim toda sala vai estar inserida nas atividades escolares sem que ninguém fique de fora. Utilizar metodologias que faça com que os alunos participem, estimulando-os, é algo que torna o aprendizado mais efetivo. A escola junto ao professor precisam estar sempre visando esse ensino mais efetivo, mas é preciso reconsiderar a formação de docentes.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (SALAMANCA, 1995, p. 28).

Machado, (2005, p.51) enfatiza que a “escola inclusiva é aquela capaz de trabalhar com a diversidade humana com qualidade, e não aquela que simplesmente coloca para dentro pessoas com necessidades especiais educativas e depois não sabe o que fazer com eles”. A autora ainda ressalta que a escola que prega que todos os estudantes que ela “aceita” são iguais, que precisam aprender as mesmas coisas da mesma maneira e ao mesmo tempo – é um grande engodo”. Para a autora, a escola que temos hoje exclui até quem ela imagina incluir e que os professores usam como argumento para não incluir que ele não está capacitado, que ele precisa ser preparado.

Para a inclusão aconteça de fato, a escola precisa de todo apoio necessário, e entender o seu papel em meio a esse processo, pois a escola é o principal pilar desse ensino inclusivo, educar significa inserir todas as crianças no contexto escolar, mas a inclusão da pessoa com necessidades especiais não é somente manter um aluno especial dentro da sala de aula regular, o simples fato dele estar presente não significa incluir.

Para Skliar (2005), não há mudança educativa num sentido amplo e significativo sem um movimento da comunidade educativa que lhe outorgue sentidos e sensibilidades. No espaço escolar inclusivo não se trata de esforços pessoais, de atitudes filantrópicas, benéficas. O autor acentua que,

O (a) professor (a) na sua vontade de incluir o outro, não deveria se perder nos labirintos dos nomes, das técnicas e dos saberes inventados, mas que se aproxime das experiências que são dos outros, mas não o reduza na mesmice egocêntrica e hegemônica da educação. Que não trate a inclusão como uma preocupação por hospedar ao outro e de impor-lhe as leis da hospitalidade que a torne hostilidade: a imposição da língua “única”, o comportamento considerado “normal” e aprendizagem “eficiente”, a sexualidade “correta”. Que não se transforme em típico funcionário da alfândega, que está aí para vigiar aquela perversa fronteira entre exclusão e inclusão. Que mude seu próprio corpo, sua própria aprendizagem, sua própria conversação, suas próprias experiências. Que não faça metástase, que faça metamorfose. Que entenda por educação, a arte de rebatizarmos e/ou de nos ensinarmos a sentir de outro modo. (SKLIAR 2005, p.32).

Carvalho (2008, p.23) afirma que “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos, inclusive, diferentes”. O mesmo ainda comenta que é inadmissível ignorar a educação inclusiva, então é necessário haver uma reformulação nas escolas para que possa sempre buscar a aceitação do diferente.

A inclusão escolar parte dos anos iniciais até os anos finais da vida escolar estabelece meios que combatem as indiferenças e a exclusão da sociedade causadas pela classe social, religião, gênero, etnia entre outros. A inclusão no processo de ensino e aprendizado nas escolas serve para estabelecer uma sociedade mais justa e livre de preconceitos.

Na inclusão o vocabulário de integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém fora do ensino regular, desde o começo. (Werneck 1997, p.52)

Ao entendermos uns aos outros respeitando cada pessoa e suas diferenças, construiremos uma sociedade a base da inclusão e do respeito. A educação inclusiva abraça a todos sem restrições. Para Mills (1999, p. 25) educação inclusiva parte da qual “todos devem aprender juntos sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades

e diferenças”. Um sistema de ensino que pratica quaisquer tipos de práticas discriminatórias deve ser abolido completamente, é inaceitável que práticas discriminatórias sejam admissíveis, pois a garantia de oportunidades para todos visando a igualdade parte de práticas de ensino onde garante direitos para todos. A discriminação dentro da escola pode acontecer devido às más condutas e a postura incorreta, muitas vezes, da escola ou do professor.

A heterogeneidade é uma realidade social dentro desse contexto escolar. Atuar junto a tantas diversidades torna-se o processo bem mais difícil, diante desse embate Freitas (2006) considera que:

O futuro professor tem de estar preparado teoricamente, saber aplicar na prática a teoria conhecida, analisando as situações e melhorando-as, adaptando os pressupostos teóricos à sua própria realidade e reorientando-os, em função dos dados que tal realidade lhe fornece (FREITAS, 2006, p.176).

A exclusão para com as pessoas com necessidades especiais aconteceu desde os primórdios da sociedade. Diferente da inclusão, a exclusão potencializa o desrespeito relacionado à cultura, etnia, raça, religião entre outros, causando assim o desrespeito. A exclusão pode acontecer em diferentes grupos sociais dentro da sociedade até mesmo no meio escolar. Então é fundamental que o professor saiba lidar com todos os alunos respeitando todas suas diferenças para que não haja exclusão dentro da escola. Para Mendes (2004, p. 227) "Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática".

A mediação do processo de ensino não deve ser apenas do educador, a família pode influenciar muito nesse processo ao conversar com a escola e o educador a fim de estabelecer estratégias para melhorar esse processo contribui para o sucesso desse processo educativo. Segundo Crochick (2011, p. 569) os professores são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam a respeito da educação inclusiva, pois ele é o principal elemento desse processo.

O simples ato de interagir com o próximo e respeitar suas diferenças já é um grande avanço para a inclusão. A construção do aprendizado deve ter como alicerce o respeito e vendo que todos têm oportunidades iguais, sem distinções.

### **3.1 A prática pedagógica docente como elemento facilitador para a inclusão da pessoa com deficiência**

A seleção de práticas pedagógicas dar-se-á pelos conhecimentos práticos e teóricos para atender as necessidades coletivas e individuais de cada aluno, levando em conta as orientações dos docentes, portanto a prática pedagógica docente é um dos principais pilares para a inclusão. Diversas manifestações conservadoras presentes no contexto escolar através de práticas pedagógicas ultrapassadas causam empecilhos para a implementação dos princípios da educação inclusiva, diante desse embate é necessária uma nova postura profissional docente, o mesmo deve assumir o papel de facilitador, a fim de reforçar a necessidade de mudanças nas metodologias estratégicas de ensino. Carara, (2016, p.08) afirma:

“O educador deve conhecer seus alunos e assumir um papel de referência para as crianças, ficando apto a identificar suas dificuldades e interferir de maneira positiva, de forma a promover situações favoráveis à aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador dentro da escola, onde o aluno possa ser o protagonista dentro do processo de ensino-aprendizado que deve ocorrer de forma integrada”. (CARARA, 2016, p.08)

A educação precisa ser focada na realidade dos discentes, o mesmo é o principal protagonista do processo educacional, para as renovações no ambiente escolar é necessário planejamentos e organização que englobe (objetivos, estratégias, recursos e avaliações) levando em consideração a heterogeneidade existente no contexto escolar. Se faz necessário também novas propostas políticas e pedagógicas que assegurem oportunidades iguais a todos os alunos. O educador é o principal mediador dessa mudança de ensino, o mesmo é a pessoa que vai atuar no dia a dia com os educandos. Conhecer as singularidades e peculiaridades dos alunos no processo pedagógico é essencial para o sucesso, entretanto, muitas vezes o educador se sente isolado em meio a esse processo formativo, isso gera sentimentos de desconforto, incapacidade ou até mesmo de fracasso quando os objetivos de sua ação pedagógica não alcançam os objetivos esperados.

É comum ouvirmos professores se lamentarem pela falta de formação e por não se sentirem preparados para trabalhar com alunos com necessidades especiais, o despreparo e a inexperiência se caracteriza como o principal problema, diversos docentes atuam diretamente com alunos especiais mesmo sem sua formação inicial não lhe habilitando, em alguns casos contanto apenas com a experiência adquirida a longo dos anos com o trabalho com os discentes. Mesmo que o professor tenha essa experiência adquirida na prática é necessário que o mesmo busque a formação necessária para atuar sempre da melhor forma

possível com os alunos especiais, o processo de formação do professor é contínua e precisa estar sempre se adaptando a diferentes pressupostos e realidades não podendo ficar acomodado e contar apenas a experiência. A educação inclusiva exige professores capacitados da melhor forma possível. Diante dessa problemática a formação de professores precisa ser posta com prioridade nas políticas educacionais, e vista como paradigma na educação inclusiva.

O que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução das estruturas institucionais formativas e nos currículos de formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípuo. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização. (GATTI, 2010, p. 11).

No processo de ensino e aprendizagem o professor deve possuir uma visão ampla como interventor desse processo, deixando de ser um mero transmissor e atuando como mediador, orientador, estimador e apoiador, a fim de construir no perfil o sucesso voltado para os alunos, gerando assim a efetivação no ensino.

A formação de professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas inclusivas na escola. É muito difícil avançar para uma perspectiva de escola inclusiva sem que todos os professores desenvolvam uma competência suficiente para ensinar todos os alunos (MARCHESI, 2001, p. 103).

Os debates e discussões acerca da formação de professores, nos faz repensar e remodelar o modelo de currículos de formação de educadores, sobretudo a pedagogia, colocando em vista a construção do conhecimento e práticas pedagógicas que assegurem as diversidades. É necessário desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem diferenciadas e adequadas, visando cada aluno. O educador precisa ser participativo para assim construir novos paradigmas envolvendo toda comunidade escolar.

Todos precisam vivenciar a inclusão na aprendizagem para a sua intencionalidade educativa, assim como as práticas pedagógicas necessitam serem revistas e aprimoradas, adequando-se às características pessoais do aprender e do participar. (CARVALHO, 2012, p. 97).

A formação continuada é necessária para a melhoria na qualidade das práticas educativas. Há alguns anos atrás acreditava-se que com o término da graduação o professor estaria apto para lidar com todos os tipos de situações dentro da sala de aula, no entanto, nos dias atuais a realidade é totalmente diferente o professor deve sempre estar buscando métodos, revendo suas práticas e buscando novas estratégias, procurando soluções que

possam desenvolver suas capacidades e habilidades. A formação docente deve causar indagações nos professores e desafiá-lo a buscar novas práticas educativas, formando-se continuamente, pois sua formação é contínua e é entregue no dia a dia nas escolas.

É na escola que os professores lidam com diversas situações, criam e recriam métodos e estratégias a fim de trabalhar em várias situações. O processo de ensino e aprendizagem é mútuo a troca de experiência e o compartilhamento de saberes promove mudanças profissionais e pessoais. Ao abordar sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais, logo nos remete ao princípio fundamental da escola inclusiva que nos lembra que “toda criança devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”, princípio este, preconizado pela Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha no ano de 1994.

Com base no princípio supracitado, subentende-se que incluir vai muito além da simples efetivação da matrícula do aluno com necessidades especiais na sala de aula do ensino regular. A inclusão requer ambientes educativos devidamente estruturados e adaptados e professores qualificados. Compreende-se que não basta incluir, mas garantir a permanência mediante a prestação do total apoio e serviços educacionais diferenciados no contexto escolar. A educação especial e inclusiva quando bem estruturada nas escolas contribui não apenas para a formação do aluno, como também do professor.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Método científico pode ser estabelecido como um grupo de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico aponta seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para conseguir dados que sustentam teoria inicial ou não.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em materiais já elaborados acerca do assunto estudado. Andrade (2017) afirma que o passo inicial de qualquer pesquisa bibliográfica se constitui de outra pesquisa, já que o trabalho científico parte de outra pesquisa bibliográfica para dar subsídios. Portanto, a finalidade desse tipo de pesquisa é o aprimoramento do pesquisador através de investigações científicas de obras já publicadas, assim auxiliando o pesquisador em sua pesquisa.

A pesquisa qualitativa baseia-se em interpretar diferentes aspectos, fornecendo análises detalhadas sobre a investigação feita. Para Denzin e Lincoln (2006, p.17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem. (DENZIN E LINCOLN 2006, p.17).

E por fim, também uma pesquisa de campo, considerada uma etapa importante para o desenvolvimento deste estudo por ser responsável em levantar os dados e as informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem a intervenção e manuseio por parte do pesquisador. (SEVERINO, 2007, p. 123)

A referente pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira de caráter bibliográfico, pois o seguinte trabalho tem-se como base pesquisas já feitas e textos já publicados de diferentes autores. E a investigação de campo, como premissa de analisar a formação dos docentes na escola Mariana Luz diante dos desafios no processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades especiais foi o foco desta pesquisa. Segundo Gonçalves (2001, p. 67) A pesquisa de campo tem como foco a busca pela informação direta com as pessoas que forem entrevistadas. Exige do pesquisador um encontro direto com a população para que a pesquisa tenha a maior quantidade de dados possíveis.

A coleta de dados foi dada por meio de questionário semi estruturado formado por 10 (dez) questões com o intuito de identificar se a formação dos professores que atuam nas séries finais do ensino fundamental proporciona competências para atuar junto aos educandos com necessidades especiais na Unidade Escolar Básica Mariana Luz, no município de Itapecuru Mirim/MA.

Segundo Severino (2007, p.125):

O questionário é considerado um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. (SEVERINO 2007, p.125).

**O questionário aplicado se caracteriza pelas seguintes questões:**

1. A sua formação inicial lhe habilitou para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência?
2. Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência? Se for sim, quais?
3. Como educador (a) da disciplina de Língua Portuguesa, quais as dificuldades frequentes que o (a) senhor (a) enfrenta para desenvolver as atividades com seus alunos com deficiência?
4. O (a) senhor (a) como educador (a) da rede regular de ensino, tem a sua disposição um processo de formação contínua oferecido pelos órgãos públicos para dá continuidade à sua formação?
5. Que metodologias o (a) senhor (a) utiliza para trabalhar os mesmos conteúdos em uma sala inclusiva, sem que nenhum aluno se sinta prejudicado?
6. Como educador em uma sala de aula com alunos com deficiência, o (a) senhor (a) percebe discriminação por parte dos alunos sem deficiência para com os que possui deficiência.
7. A escola em que o (a) senhor (a) atua, disponibiliza recursos didáticos pedagógicos para atender as necessidades dos educandos com deficiência?
8. Com base na sua opinião, os recursos físicos e materiais pedagógicos da escola em que o (a) senhor (a) atua, facilitam ou dificultam o processo de inclusão dos educandos com deficiência? Justifique a sua resposta.
9. As famílias dos alunos deficientes acompanham o processo de ensino e aprendizagem junto a escola e os professores?

10. Em sua visão, quais os principais desafios, questões, dificuldades, anseios e dúvidas em relação ao trabalho docente com alunos com deficiência?

A Unidade de Educação Básica é localizada na Avenida Gomes de Sousa, Centro de Itapecuru Mirim, com turnos de funcionando matutino, vespertino e noturno, com cerca de 30/40 alunos por turma, totalizando 530 alunos na modalidade do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano), sendo no turno noturno EJA. A escola possui uma capacidade instalada de 08 salas de aula, 01 pátio, 01 uma cantina, 01 biblioteca, 01 sala de professores, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 sala de vídeo, 01 sala de arquivos, 02 banheiros.

A mesma contém 8 (oito) alunos com deficiência intelectual, 1 (uma) aluna com deficiência física (cadeirante), 1 (uma) aluna surda e muda e 1 (um) aluno autista. A pesquisa foi realizada no período do mês de abril do ano de 2022.

Os sujeitos da pesquisa foram 05 professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa nas turmas dos anos finais do ensino fundamental. As idades das professoras variam entre 47 e 62 anos. No momento da pesquisa ficou explícito que todas as professoras atuam com alunos com deficiência.

<b>Sujeito</b>	<b>Gênero</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-graduação</b>	<b>Tempo de Magistério</b>	<b>Idade</b>
PP1	Feminino	Letras	x	32 anos	53
PP2	Feminino	Letras	x	27 anos	47
PP3	Feminino	Letras	x	30 anos	51
PP4	Feminino	Letras	x	38 anos	62
PP5	Feminino	Letras	Gestão e planejamento	25 anos	51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2022)

Como melhor forma de caracterizar os sujeitos da pesquisa, as professoras são identificadas como PP (professora participante) seguida de uma numeração de ordem crescente. Desta forma serão denominadas de PP1 a PP5.

Considera-se importante destacar que os questionários foram analisados com base no método de Análise de Conteúdo de Bardim (1979).

Para Bardim (1979) apud Severino (2007, p. 123):

É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e os seus

componentes psicossociais. (BARDIM 1979 APUD SEVERINO 2007, p. 123):

A escolha pela respectiva metodologia toma por base o cuidado e a responsabilidade de descrever, analisar e interpretar as mensagens que estão por trás da fala dos sujeitos da pesquisa, de forma a permitir que o problema seja identificado, desvelado, para ser corrigido. Levando em consideração os objetivos e a partir da metodologia de Análise de Conteúdo, enumeramos três categorias:

1. A formação do professor frente ao paradigma da inclusão escolar
2. Prática docente e os desafios para promover a inclusão
3. O papel da escola e o compromisso legal de incluir.

## **5 ANÁLISE DE DADOS**

A análise de dados deste trabalho dar-se-á pela verificação da fala dos educadores em relação aos principais desafios enfrentados diariamente ao trabalhar com alunos especiais, analisamos cada pergunta e argumentamos a partir dos relatos nos embasando em autores.

### **5.1 A formação e a competência do professor frente ao paradigma da inclusão escolar**

A formação docente em meio ao paradigma da inclusão escolar é um dentre muitos desafios que precisam ser superados, o educador precisa estar preparado tanto na prática quanto na teoria, adaptando a diferentes pressupostos e realidade a fim saber aplicar na prática a teoria conhecida.

#### **1. A sua formação inicial lhe habilitou para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência?**

A Primeira pergunta do questionário teve o objetivo de investigar se a formação inicial dos professores os preparou para lidar com alunos especiais. Todos os professores entrevistados afirmaram que sua formação inicial não lhe proporcionou competências para trabalhar com a inclusão de alunos especiais. Sabemos que um dos eixos mais importantes da educação inclusiva é justamente a formação de professores, a educação está constantemente construindo novos paradigmas e isso exige professores preparados para essa realidade, entretanto, muitos não estão preparados. Conforme Medeiros (2009):

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação. (MEDEIROS, 2009, p. 29).

A nova realidade escolar referente a inclusão requer professores capacitados que saibam como atuar com alunos com necessidades educativas especiais. Rodrigues (2012) relata que a formação inicial de professores com relação à inclusão deveria ser feita contemplando em cada disciplina da formação conteúdos que pudessem conduzir a uma atuação inclusiva. Mantoan (2006) afirma que os professores esperam aprender uma prática inclusiva, isto é, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos nas suas salas de aulas, garantindo a solução dos problemas que pensam encontrar nas escolas inclusivas.

Vale ressaltar o Curso de Letras atualmente possui, em sua matriz curricular, disciplinas voltadas para a “Educação inclusiva”, embora os professores entrevistados tenham formação acadêmica na área de Letras, os mesmos lecionam há mais de 26 anos, quando as disciplinas ainda não se faziam presente na matriz curricular do curso. As disciplinas voltadas para a educação inclusiva só começaram a fazer parte das grades curriculares cursos de licenciatura em 2015.

De forma geral, após análise da questão, pode-se observar que os professores da disciplina de Língua Portuguesa da escola atuam com alunos especiais mesmo com sua formação inicial não o habilitando. Elas entendem que sua formação inicial não lhes proporcionou a segurança necessária para trabalharem com as especificidades desses alunos, com isso constata-se que a formação docente é um dos principais desafios enfrentados pelos docentes na escola.

A questão seguinte foi essencial para analisar se os docentes já haviam participado de cursos específicos para trabalhar a inclusão de alunos.

## **2. Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência? Se for sim, quais?**

A pergunta número dois teve o objetivo de averiguar se os professores entrevistados já haviam participado de cursos para trabalhar a inclusão escolar, e mediante à pergunta todos os educadores afirmaram não haver participado. Observamos quão despreparados os docentes estão em relação ao trabalho com alunos especiais, na qual sua formação inicial não o habilitou e nem ao menos um curso de preparação na área os mesmos possuem. A escola inclusiva precisa de professores qualificados capazes de planejar e fazer tomada de decisões em momentos precisos, além de refletir diariamente sobre sua prática em sala de aula, visando sempre o melhor para os alunos. A formação profissional é essencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e para o desafio das diferentes situações presentes no contexto escolar.

Os professores de modo geral, principalmente os que trabalham diariamente com alunos com NEE, precisam estar meramente preparados em sua prática pedagógica repensando, interpretando e criando métodos alternativos de acordo com as especificidades dos alunos. Para isso é necessário que o educador esteja buscando processos de formação contínua. A formação continuada fornece aos educadores um ensino-aprendizagem significativo para o desenvolvimento de habilidades para trabalhar com os alunos. Segundo Christov (1996, 44):

“A formação continuada se faz necessário para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças”. (CHRISTOV 1996, p.44).

A formação do professor é um processo que deve estar em constante mudança e não deve se restringir apenas á formação inicial. Freire (2003) afirma:

A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (FREIRE, 2003, p. 28).

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento profissional do professor precisa estar constantemente se atualizando para que sua formação se torne um processo permanente. O educador deve possuir um perfil ativo, sempre inovando e buscando métodos a fim de que sua prática possa estar melhorando a cada dia.

### **3. Como educador (a) da disciplina de Língua Portuguesa, quais as dificuldades frequentes que o (a) senhor (a) enfrenta para desenvolver as atividades com seus alunos com deficiência?**

Acerca da questão 3 os professores afirmaram as dificuldades frequentemente enfrentadas para desenvolver atividades para os alunos deficiente. Os mesmos fizeram vários relatos, no qual destacamos:

*PP1- “Falta de um planejamento pedagógico voltado para esses alunos, falta de recursos, falta de apoio, e a falta de uma estrutura física adequada”.*

*PP2- “A falta de formação e a falta de recursos”.*

*PP3- “A falta de recurso e de conhecimento na área da educação inclusiva para elaborar atividades específicas para esses alunos”.*

*PP4- “A falta de recursos, falta de formação, de uma boa estrutura física e de planejamento pedagógico”.*

*PP5- “A falta de recurso principalmente, falta de formação, turmas superlotadas e também vários alunos com dificuldades na leitura e escrita dificultado do professor dá atenção especial para os alunos deficientes”.*

Após analisarmos a fala dos profissionais, pode-se notar a apreensão e insegurança no que diz respeito a trabalhar com alunos especiais. Como já foi citado nas duas primeiras perguntas a formação docente é um dos principais desafios enfrentados pelos professores. A Declaração de Salamanca (1994, p. 11) coloca em pauta preocupação com a formação de docentes para a educação inclusiva, e comenta que é necessário em um contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais nas escolas. Mantoan (2006) entende que a dificuldade com a formação docente deve ser a mola propulsora ou a motivação para se lutar pelo direito de todos à educação no sentido de garantia de que tal formação aconteça.

Percebe-se que há um desvio de responsabilidade referente às falas dos professores 1 e 4 no que se refere a determinadas ações que são ou que ao menos deveria ser de responsabilidade do professor junto a todo o corpo escolar a elaboração de um planejamento pedagógico voltado para a realidade desses alunos. Se não há um planejamento, os únicos responsáveis por essa realidade são a escola e o professor. Os mesmos ainda comentam sobre a ausência de uma estrutura física adequada para receber esses alunos.

As carências presentes do contexto escolar no que se refere a prédios, instalações inadequadas, inexistência de áreas esportivas, laboratórios e bibliotecas, e também a falta de livros didáticos, materiais de leituras e salas com tamanhos desproporcionais para a quantidade de alunos tendem a influenciar no desempenho dos alunos e no trabalho dos professores. Destaca-se a urgência de repensar a construção e reestruturação das escolas, de modo que a mudança estrutural atenda as especificidades de todos os alunos.

O professor 5 comenta sobre a quantidade de alunos por turma, que não favorece o trabalho do educador e dificulta a realização de um trabalho significativo, considerando as dificuldades de aprendizagem dos alunos especiais e dos demais alunos, o que torna ainda mais complexa sua atuação.

## **5.2 Prática docente e seu método didático para o processo de inclusão**

O método didático no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais pode fazer toda a diferença, uma metodologia inclusiva promove a integração entre todas as crianças, independentes das diferenças e especificidades, tornando o trabalho do professor da classe regular mais fácil e efetivo.

**4. Que metodologias o (a) senhor (a) utiliza para trabalhar os mesmos conteúdos em uma sala inclusiva, sem que nenhum aluno se sinta prejudicado?**

*PP1- “Eu uso o livro didático, uso também a internet e durante as aulas faço o possível para todos participarem, no entanto passo os mesmos conteúdos para todos os alunos”.*

*PP2- “Com a pandemia mandamos atividades para os alunos, eles respondem e mandam de volta, mas quando estava presencial eu dava a aula dialoga com o uso do livro didático e quadro”.*

*PP3- “Os conteúdos são repassados da mesma forma para todos, com a pandemia mandamos as atividades para os alunos responderem e depois de 15 dias eles mandam novamente para que seja feito a correção”.*

*PP4- “A metodologia é igual para todos, costumo usar o livro didático e escrevo as atividades no quadro”.*

*PP5- “Uso o livro, revistas, jornais e também a internet para chamar a atenção dos alunos”.*

Em relação à quarta pergunta, vemos que os professores não se preocupam em desenvolver metodologias voltadas para os alunos especiais. Segundo o relato dos professores 3 e 4 vemos que a metodologia usada se aplica a todos da sala, observa-se que a metodologia é bem tradicionalista, aula dialogada com o auxílio do livro didático e do quadro. Ressaltamos que todos os professores entrevistados têm contatos com alunos especiais e vemos que há um desvio de responsabilidade no que seria o uso de uma metodologia que se aplicasse aos alunos com necessidades especiais, é dever do professor usar um método que envolva todos os alunos, sem que nenhum fique de fora. Não basta apenas inserir, é necessário incluir e garantir que os alunos com NEE tenham todo o apoio e atendimentos educacionais necessários. Usar metodologias que não se aplique aos alunos deficientes é o mesmo que o excluir, já o aluno não consegue acompanhar as aulas. A adaptação de métodos de ensino se faz necessário para receber alunos deficientes. Papim, Araújo, Paixão e Silva (2018, p. 18) afirmam que:

“O professor deve ter as estratégias para realizar uma metodologia satisfatória que seja inclusiva. Para isso, a instituição educativa deve ser ativamente participante da construção de um currículo flexível e adaptado à realidade dos estudantes, com diferentes tipos de ensino e avaliação, segundo suas competências”. (PAPIM; ARAÚJO; PAIXÃO E SILVA, 2018, p. 18)

A construção de um currículo flexível e adaptado a realidade dos estudantes se faz necessário, pois não é o estudante que tem se moldar em relação a escola e sim ao contrário. Um currículo adaptado às diversidades se faz necessário para garantir a permanência desses alunos, levando em consideração o avanço de aprendizagem desses alunos.

**5. Como educador em uma sala de aula com alunos com deficiência, o (a) senhor (a) percebe discriminação por parte dos alunos sem deficiência para com os que possui deficiência.**

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, respeitando as diferenças de cada um. É necessário instruir os alunos nos princípios da inclusão para que não haja quaisquer tipos de atos discriminatórios no ambiente escolar. As escolas precisam estar preparadas para educar na diversidade, combatendo as diferenças. Em relação a pergunta seis os professores afirmaram não haver discriminação dos outros alunos em relação aos deficientes. O relato dos educadores foram os seguintes:

*PP1- “Aqui na escola não há discriminação por parte de outros alunos, pelo contrário eles sempre nos ajudam para que os alunos deficientes não se sintam excluídos”.*

*PP2- “Não existe”.*

*PP3- “Não existe discriminação dos outros alunos”.*

*PP4- “Não, os demais alunos sempre ajudam os professores com os alunos deficientes”.*

*PP5- “Não existe, eu estou sempre orientando para que não aconteça nenhum tipo de discriminação ou bullying com qualquer aluno na turma.”*

De acordo com a fala dos profissionais podemos considerar que os alunos prestam o apoio necessário e dão suporte para o professor, tornado a inclusão na sala de aula mais efetiva. A educação inclusiva abole quaisquer atos discriminatórios, a inclusão pode partir da cooperação da turma junto ao educador para que os alunos deficientes não se sintam excluídos. Boneti (1988) afirma que:

“Excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer.” (BONETI, 1988, p. 15).

Portanto, ser excluído significa ficar à margem e sem possibilidade de desenvolver relações sociais. Um sistema educativo com orientações inclusivas possibilita unificar diversos grupos, atendendo os mesmos de acordo com suas potencialidades e necessidades independente da condição social, deficiência, etnia ou sexo. É preciso garantir aos estudantes uma boa caminhada no processo de ensino e aprendizagem, garantindo que não haja exclusão, pois independente da diversidade que possa ocorrer no sistema educativo, é necessário entender e reconhecer o outro, compartilhando as diferenças de cada um. A inclusão baseia-se em acolher a todos sem exceção.

**6. O (a) senhor (a) como educador (a) da rede regular de ensino, tem a sua disposição um processo de formação contínua oferecido pelos órgãos públicos para dá continuidade à sua formação?**

A melhora da qualidade da educação implica na formação permanente dos educadores. É preciso que os órgãos públicos disponibilizem para os educadores de todas as redes educacionais cursos de formação continuada para que o professor esteja mais capacitado ao adentrar na sala de aula. Referente a essa questão, a pergunta seis teve o objetivo de averiguar se os docentes têm a sua disposição cursos de formação continuada oferecido pelos órgãos públicos para dar continuidade à sua formação. Os educadores fizeram os seguintes relatos.

*PP1- “Não tenho, os órgãos públicos não oferecem formação contínua para os professores daqui”.*

*PP2- “Infelizmente não”.*

*PP3- “Os órgãos públicos não disponibilizam formação contínua para trabalhar com alunos deficientes aqui na escola”.*

*PP4- “Não tenho, a prefeitura não disponibiliza formação continuada aqui na cidade para os professores”.*

*PP5- “Não, aqui na escola os professores estão por si só”.*

Conforme a fala dos educadores observa-se que todos os professores afirmaram não ter à disposição processo de formação continuada, os mesmos ainda afirmaram que os órgãos públicos não dispõem formação continuada para nenhum dos professores da escola. Nessa pergunta vemos o retrocesso relacionada à segunda pergunta onde vemos que nenhum dos professores fizeram um curso específico para trabalhar a inclusão escolar.

A secretaria de educação é o órgão responsável em oferecer a possibilidade de processos de formação continuada para os professores. Ela é o órgão que organiza a educação do município. Portanto, cabe a ela buscar oferecer processos de formação continua para preparar os educadores. Entretanto, vemos na fala do professor 4 que a prefeitura do município não disponibiliza formação continuada para os professores, e em relação ao docente 4 vemos o descaso, onde o mesmo fala que estão por si só. A capacitação continuada de professores, proporciona uma melhoria de ensino considerável da instituição. García (1999, p. 144) afirma que o desenvolvimento profissional deve ser entendido como um conjunto de processos e estratégias que facilitam a reflexão dos professores sobre a sua própria prática que contribui para que os professores gerem conhecimento prático, estratégico e sejam capazes de aprender com a sua experiência”.

A formação continuada de professores é uma forma de assegurar que profissionais mais bem preparados e capacitados atuem dentro das salas de aula. Dessa forma a educação prestada aos alunos se torna mais efetiva para a escola e conseqüentemente para a comunidade a qual está inserida. Oferecer capacitação profissional para os professores é uma maneira de reconhecer e valorizar o trabalho docente, melhorando e aprimorando o processo de ensino e aprendizagem.

### **5.3 O papel da escola e o compromisso legal de incluir**

A escola tem o papel de garantir que todos os alunos possam socializar e desenvolver suas capacidades por meio da inclusão escolar, a mesma também assume o importante papel de auxiliar os discentes no seu desenvolvimento socioeducacional além de combater eventuais impactos negativos no processo de inclusão e disponibilizar os recursos necessários para trabalhar a inclusão escolar.

### **7. A escola em que o (a) senhor (a) atua, disponibiliza recursos didáticos pedagógicos para atender as necessidades dos educandos com deficiência?**

*PP1-* “A escola não disponibiliza os recursos necessários para trabalhar como esses alunos, mas também é necessário levar em consideração que ela não recebe apoio por parte dos órgãos públicos, então os professores não podem cobrar muito”.

*PP2-* “Temos uma cadeira de rodas na escola embora ela esteja velha, com alguns ajustes ela pode funcionar normalmente, fora isso a escola não disponibiliza nenhum recurso”.

*PP3-* “Não há recursos e nem materiais para atender as necessidades desses alunos”.

*PP4-* “Não, infelizmente”.

**PP5-** *“A escola não disponibiliza recursos para trabalhar com os alunos deficientes”.*

Sobre a pergunta 7 os docentes afirmaram que a escola não disponibiliza recursos didáticos pedagógicos para atender as necessidades dos educandos com deficiência. O professor 2 afirmou que a escola possui uma cadeira de rodas, no entanto ela já é velha e precisa de ajustes, o educador ainda afirmou que apesar disso não dá para dizer que a escola disponibiliza recursos. É importante salientar a ausência de apoio político, que reflete diretamente na ausência de recursos na escola. As políticas públicas no âmbito da educação inclusiva garantem o direito à educação para todos, no entanto, a ausência de recurso nas escolas para atender à necessidade de todos os alunos é um dos principais problemas. O professor 1 comentou justamente sobre essa questão, embora a escola não disponibilize recursos necessários para trabalhar com os alunos especiais, a ausência de apoio político tem um grande peso na ausência de recursos da escola.

Vale ressaltar que em relação aos recursos físicos a escola possui rampas na entrada e na saída e banheiros adaptados para cadeirantes, entretanto a rampa da entrada é muito alta impossibilitando uma pessoa com deficiência física entrar na escola sem o auxílio de outra pessoa.

A falta de recursos é um dos principais desafios enfrentados pelas escolas públicas do nosso país. De acordo com a fala dos professores, podemos constatar que os docentes trabalham com alunos com NEE em um cenário crítico, onde não há apoio, não há recursos e os educadores não possuem formação.

**8. Com base na sua opinião, os recursos físicos e materiais pedagógicos da escola em que o (a) senhor (a) atua, facilitam ou dificultam o processo de inclusão dos educandos com deficiência? Justifique a sua resposta.**

**PP1-** *“Não são disponibilizados recursos físicos e nem materiais pedagógicos”.*

**PP2-** *“A escola não possui recursos físicos e nem materiais pedagógicos para trabalhar com os alunos especiais, no entanto se tivesse ajudaria muito”.*

**PP3-** *“Não há, entretanto se tivesse qualquer coisa já ajudaria, temos uma aluna surda e muda e nem sequer professor de libras a escola tem”.*

**PP4-** *“Não há recursos físicos e pedagógicos na escola”.*

**PP5-** *“Não há recursos na escola”.*

Na pergunta 8 os professores reforçaram o que foi dito na pergunta 7: a escola não possui recursos físicos e nem materiais pedagógicos. Vemos algo realmente preocupante em relação a fala do educador 3. Conforme o quadro de deficiências dos alunos, observamos que na escola há uma aluna surda e muda, no entanto, a escola não possui professor de Libras e os docentes que trabalham com essa aluna, não sabem a linguagem de sinais. É dever do município garantir que tenha um professor de Libras atuando na escola para que essa aluna possa acompanhar as aulas.

Podemos considerar que essa aluna apenas está apenas inserida na escola. Inserir o aluno não garante a inclusão, incluir significa fazer parte. A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo.

O professor dois afirma que a escola não possui materiais físicos e pedagógicos, mas se tivesse seria de grande ajuda para o corpo docente. Vemos que os educadores trabalham diariamente lidando com a ausência de recursos da escola, que para todos os efeitos isso influencia muito no trabalho de inclusão dos alunos com NEE.

## **9. As famílias dos alunos deficientes acompanham o processo de ensino e aprendizagem junto a escola e os professores?**

Grande parte das vezes o processo educacional recai unicamente sobre o professor, no entanto vários grupos podem participar desse processo incluindo a família. A família compõe o nosso primeiro grupo social, a mesma pode estabelecer relações de confiança e cooperação com a escola e o professor, servindo como fonte de informações para o educador sobre as necessidades da criança, favorecendo o desenvolvimento da mesma. Seguindo essa linha de raciocínio, a pergunta nove teve a intenção de investigar como se dá a interação dos pais dos alunos deficientes com os professores e a escola. Os relatos dos professores foram os seguintes:

*PP1- “Eles raramente aparecem na escola, com o início da pandemia e as aulas remotas esse contato ficou mais raro”.*

*PP2- “Infelizmente não, muitos pais incluindo dos alunos deficientes raramente aparecem na escola para saber como os alunos estão”.*

*PP3- “Eles não costumam aparecer, alguns aparecem somente em época de assinatura de boletins”.*

*PP4- “Eles não costumam aparecer, com a pandemia ficou mais raro a presença deles. O que eu sinto é que a tarefa de ensinar só recai sobre a escola e o professor, seria ótimo se todos os pais tanto dos alunos deficientes quanto dos demais acompanhassem”.*

**PP5-** *“Raramente eles aparecem na escola, assim como os pais de muitos outros alunos”.*

Todos os professores afirmaram que os pais dos alunos com deficiência raramente aparecem na escola. Percebe-se que a responsabilidade está sendo implementada somente sobre o educador que atua sem o apoio das famílias. Os professores 1 e 4 comentaram que, com a pandemia, os pais praticamente deixaram de aparecer. Segundo a LDB Nº 9.394 artigo 2 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto a família tem um papel crucial na construção da aprendizagem, do caráter e da personalidade da criança. É fundamental que as instituições de ensino estimulem os pais a se fazerem presentes no processo educacional através de relações e experiências. É necessário que a escola tenha diálogo e aceite contribuições familiares para que o desenvolvimento pedagógico dos alunos apresente bons resultados.

Em suma, o que se observa em relação a questão é que os pais são pouco participativos e que não há apoio familiar. Para todos os efeitos, os professores da escola atuam sem o apoio das famílias.

## **10. Em sua visão, quais os principais desafios, questões, dificuldades, anseios e dúvidas em relação ao trabalho docente com alunos com deficiência?**

Na última questão buscou-se investigar quais são os principais desafios, anseios e dúvidas do trabalho docente em relação a alunos com deficiência. Os educadores afirmaram o seguinte:

**PP1-** *“Enfrentar a falta de formação, falta de planejamento pedagógico, falta de recursos didáticos e falta de apoio, esses são os maiores desafios”.*

**PP2-** *“Com certeza a falta de formação e a falta de recursos. Lidar com alunos deficientes requer preparo o qual não tenho, o que gera sentimento de medo devido ao despreparo”.*

**PP3-** *“falta de formação, recursos e de estrutura física adequada para receber esses alunos”.*

**PP4-** *“A falta de formação, de apoio político e familiar e planejamento pedagógico”.*

**PP5-** *“Falta de formação de professores e de apoio político”.*

Fica evidente na fala dos educadores a falta de expectativas para possibilidade do ensino inclusivo na escola. No geral podemos afirmar que os professores lidam com diversos problemas diante de um cenário que poderia ser melhor se houvesse políticas públicas voltadas para esta questão se fazendo presente na prática. No entanto, o que se vê é o descaso em relação a esse problema. Segundo Facion (2009, p. 147):

Para que verdadeiramente estabeleça uma educação de qualidade para todos é fundamental a participação ativa do professor. Pois o êxito da sua atividade é direcionado pelas suas condições de trabalho, formação, competência pedagógica, habilidades e avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para o sucesso da inclusão. (FACION 2009, p. 147):

A inclusão escolar de alunos com necessidade especiais, apesar dos avanços e objetivos alcançados, ainda traz muitos desafios á comunidade escolar, principalmente aos professores que trabalham com esses alunos diariamente, em grande parte das vezes sem formação na área, sem recursos pedagógicos e também sem uma estrutura física adequada. A educação inclusiva envolve planejamento, investimentos de recursos, comprometimento e acompanhamento de órgãos governamentais. É preciso que as escolas tenham espaços físicos adequados para receber esses alunos, com materiais didáticos apropriados, recursos tecnológicos, professores qualificados e também cursos de capacitação para os docentes.

O princípio da escola inclusiva consiste em todos os alunos aprenderem juntos, reconhecendo e satisfazendo todas as necessidades dos alunos. É necessário uma boa organização escolar, estratégias pedagógicas, recursos e cooperação das respectivas comunidades. Quando não há na escola um planejamento voltado para esses alunos, fica impossível oferecer um ensino significativo.

#### **5.4 A escola durante a pandemia**

Com a pandemia da covid 19 escolas de todo território nacional, em níveis de ensino fundamental e médio e também universidades, foram obrigadas a adotar o modelo de ensino a distância, apesar de ser uma modalidade de ensino já adotadas por diversas universidades, quando entrou em prática na educação básica não funcionou como esperado. A nova realidade teve um grande impacto não somente sobre os alunos, mas também sobre os professores. Elaborar uma aula remota é totalmente diferente de criar uma aula presencial, as ferramentas são diferentes e a didática usada na sala de aula presencial não

se aplica a sala virtual, e ainda temos o problema da desigualdade, onde muitos alunos acabam perdendo as aulas por falta de acesso à internet ou de um aparelho eletrônico.

A escola analisada nesta pesquisa já faz dois anos que está na modalidade remota, dentre todos os alunos o que mais estão prejudicados são os alunos que possuem necessidades educativas especiais, segundo os professores esses alunos não tiveram nenhum rendimento nesse período pandêmico.

Segundo a secretaria, a escola disponibiliza apostilas de atividades para os alunos, os discentes passam na escola para pegar as atividades e responder em casa e depois de 15 dias as atividades são devolvidas para ser feito as correções e atribuir as notas. Contudo, muitos alunos não apareciam na escola para pegar as atividades, alguns não devolviam, e outros entregavam em branco ou incompletas. A maioria dos alunos deficientes simplesmente nem apareceram na escola para receber as atividades, em alguns casos os próprios pais fazem as atividades para não ter o risco de o aluno reprovar.

A escola ainda apresenta vários alunos com dificuldade na leitura e na escrita, e mesmo com essas dificuldades, os alunos ainda avançam para o próximo ano. A secretaria da escola comentou acerca do assunto e argumentou que a escola não pode ter um alto índice de reprovação, assim como várias outras escolas da rede pública, então muitas vezes o professor fica sobrecarregado por ter que ensinar assuntos de anos anteriores para os alunos que não aprenderam ainda, passar assuntos atuais para o restante da turma e ainda lidar com o aluno com necessidades especiais mesmo sem formação.

O que se observa de fato é que todos os alunos da escola foram prejudicados durante esse período de aulas remotas, a consequência desse contexto é que esses alunos vão ter dificuldades mais na frente. Para todos os efeitos esses alunos já estão há dois anos sem estudar e o que se observa é uma grande lacuna na educação desses educandos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na teoria e no papel tudo é lindo e bem articulado, mas, na prática, é uma realidade totalmente diferente. A idealização da escola para todos é o desejo para muitas pessoas, porém, quando se faz o olhar para escolas, observamos que o ensino inclusivo ainda não é prioridade nas políticas de educação do nosso país, se faz necessário investir tempo e recursos, para que assim a educação inclusiva deixe de ser apenas uma formalidade ou um aspecto presente na legislação para ser uma realidade nas escolas.

No decorrer deste trabalho foi traçado, no primeiro momento, o contexto histórico da pessoa deficiente, caracterizando cada período histórico. Gradativamente, a pessoa deficiente foi conseguindo mais espaço e ser aceito pela sociedade, nessa época começou os primeiros marcos históricos normativos, leis que auxiliam essas pessoas. Em seguida foi caracterizado a importância da formação docente para a educação inclusiva e como a prática docente pode ser um elemento facilitador nesse processo. A metodologia deste trabalho se deu através de entrevistas e a aplicação do questionário.

Diante do processo histórico, onde o professor assume um papel relevante no contexto educacional e social, ressalta-se que um dos fatores mais importante para a qualidade da educação é a formação de professores. Retomando o problema dessa pesquisa levantada no início, percebemos que o ensino regular na escola tem excluído os alunos com necessidades especiais, sob justificativa de que a escola não tem condições de manter esses educandos devido à falta de apoio, formação e outros aspectos citados nesta pesquisa.

Quanto ao **objetivo geral**, foi alcançado, visto que, a importância da formação docente em relação à educação inclusiva, requer ainda muitas mudanças, vemos que a cada dia surgem novas perspectivas. Atuar em meio às diversidades requer professores preparados com o objetivo de estar sempre se atualizando e buscando novos métodos.

**Quanto aos Específicos**, observamos nessa pesquisa que a formação inicial dos educadores de Língua Portuguesa da Escola Mariana Luz não proporcionou aos educadores competências para atuar junto ao educando com necessidades especiais. Em relação aos desafios experienciados pelos professores ficou evidenciado ao longo dessa pesquisa a ausência de estrutura física adequada para receber os alunos especiais, a falta de recursos pedagógicos, salas com grandes quantidades de alunos dificultando o desempenho do trabalho do professor, falta de professores especializados, falta de formação de professores e também falta de planejamento pedagógico.

Quanto às hipóteses levantadas nos inícios desse trabalho, as mesmas foram confirmadas. A respeito da primeira hipótese, os professores entrevistados não foram

preparados para lidar com os alunos com necessidades especiais. Sobre a segunda hipótese a ausência de recursos e falta de formação continuada são os problemas mais recorrentes no que diz respeito á inclusão de alunos especiais na escola.

Conclui-se que os professores de Língua Portuguesa do ensino regular na Unidade Escolar Básica Mariana Luz não têm sido preparados para lidar com os alunos com necessidades especiais. Com isso, comprovamos que os alunos deficientes da escola passam por muitas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem devido a vários fatores já citados. A inclusão ao longo dos anos vem buscando a não exclusão escolar, propondo mudanças nos sistemas educacionais que garantem o acesso e permanência dos alunos deficientes na sala de aula regular. É preciso aprofundar as discussões práticas e teóricas acerca da formação profissional do professor já que a atualização do currículo é algo posto como prioridades, visto as melhorias de ensino. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas metodológicas, que possam melhorar a relação professor e alunos, dando ênfase a qualidade do ensino.

Por fim, essa pesquisa não tira as possibilidades para novas investigações. O levantamento de novas reflexões pode torná-la mais efetiva. Quando se trata de desafios na educação básica no âmbito da educação inclusiva é sempre importante o levantamento de novas reflexões.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE. Maria Margarida de. **Introdução à metodologia de trabalhos científicos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007

BONETI, L. W. **Estado e exclusão social hoje**. In: ZARTH, P. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1988.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)

BRASIL. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE). Brasília. 1989. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-normaatualizada-pl.pdf>.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

BRASIL. **Portaria 2.678 de 24 de setembro de 2002**. Aprova o Projeto de Grafia Braille para Língua Portuguesa e recomenda o uso em todo território nacional. Disponível em <https://www.fn-de.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre Educação Especial. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/legislacao/2012/decreto\\_n\\_7611\\_17112011.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2012/decreto_n_7611_17112011.pdf)

BRASIL. **Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>

BRASIL. **Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)

BRASIL. **Resolução CNB/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

BRASIL. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

BRASIL. **Constituição Federal de 1967.** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)

BRASIL. **Constituição Federal de (1988)** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

BRUYNE, p. **Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão: Introdução.** MEC, 4ª Edição. 2006.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de Aprendizagem e Vulnerabilidade Social sob a Percepção da Comunidade Escolar.** Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós graduação em Educação e Direitos Humanos, 2016.

Contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. Satyro, N., & Soares, S. (2007). **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: Um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Ipea.

CHRISTOV, Luiza Helena da silva. **Coordenador pedagógico e a educação continuada.** São Paulo: Loyola, 2003.

CROCHICK, José Leon; et al. **Análise de atitudes de professores do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n. 3, p. 565-582, set./dez. 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

DENARI, Fátima Elisabeth. **Dimensões teórico-práticas da Educação Inclusiva. Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade.** DECHICHI, Claudia.; SILVA, Cristina Lázara & colaboradores. EDUFU. Uberlândia, 2008.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I.O **planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 24/10/21.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio** – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil, 2008

FONSECA, V. (2005). **Dificuldades de Aprendizagem: Na busca de alguns axiomas**. Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano 39. nº3. 13-38.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 14ª ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.

FREITAS, S.N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva/ David Rodrigues (org.). São Paulo: Summus, 2006.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. In: Educação e Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: Acesso em: 26 abr. 2017.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GUEBERT, Maria Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2. ed.rev. Curitiba: Ibpx, 2007.

KERBAUY, M. T. M., SOUZA, K. R. **O Direito à Educação Básica nas Declarações sobre Educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon**. Revista online de Política e Gestão Educacional. Araraquara, v. 22, n. 2, p. 668-681, maio/ago., 2018. E-ISSN:1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.maio/ago.2018.11679.

MACHADO, Adriana M., et al. **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília/DF. 2005

MARCHESI, A. **A prática das escolas inclusivas**. In: D. RODRIGUES (Ed.). Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva. Lisboa: Porto Editora, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha**. In: PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo. EPU.2000.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: A construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MILLS, N.D. **A educação da criança com Síndrome de Down**. In: SCHWARTZMAN, Jos Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim ET ALL. **/Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. / Maria de Fátima Joaquim Minetto ET ALL – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **/Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 184 p.

NOGUEIRA, M. L de L. **O Fazer Psicopedagógico com Portadores de Altas Habilidades**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, V, 2000, São Paulo. Resumo. São Paulo: Mackenzie, 2000. Pg. 36.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos** (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAÚJO, Mariane Andreuzzi; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima. **Inclusão Escolar: perspectivas e práticas pedagógicas.**

PRIETO, R. Gavioli. **Professores Especializados de um Centro de apoio: Estudo sobre saberes necessários para a sua prática. Inclusão.** Práticas Pedagógicas e **Trajetórias de Pesquisa.** Org. Jesus. M. D.; BAPTISTA.C. R. Editora Mediação. 3ª ed. Porto Alegre, 2011.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri [et al.] In **Educação especial: do querer ao fazer.** Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, David. **Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva.** Coleção Educação Especial. Porto Editora. Portugal, 2001.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre Educação Inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed., rer. e atual. São Paulo, Cortez, 2007.

SCHON, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos.** In. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 52- 77.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Integração: do que estamos falando?** MANTOAN, Maria, Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para reflexão sobre o tema MEMNON.** Ed. SENAC, São Paulo, 2000.

SKLIAR, CARLOS. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”.** In RODRIGUES, David. Org, **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo. Summus, 2006.

SOUZA, K. R. **Direito à educação nos países membros do Mercosul: um estudo comparado. 2017.** 346f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2017.

STAINBACK, Stainback, W. **Inclusão: um guia para educadores – P. Alegre: Artimed, 1999**

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro:WVA,1997.

## APÊNDICES

**APÊNDICE 1- PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS  
DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS  
EDUCANDOS COM NECESSIDADES NA ESCOLA MARIANA LUZ**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES**



Curso de licenciatura em língua e literatura de língua portuguesa

---

**Dados de identificação:**

**Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**Idade:** \_\_\_ anos

**Área de formação acadêmica:** \_\_\_\_\_

**Pós graduação** \_\_\_\_\_

**Tempo de docência:** \_\_\_ anos

1. A sua formação inicial lhe habilitou para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência?

.....

2. Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência? Se for sim, quais?

.....

3. Como educador (a) da disciplina de Língua Portuguesa, quais as dificuldades frequentes que o (a) senhor (a) enfrenta para desenvolver as atividades com seus alunos com deficiência?

.....

4. Que metodologias o (a) senhor (a) utiliza para trabalhar os mesmos conteúdos em uma sala inclusiva, sem que nenhum aluno se sinta prejudicado?

.....

5. As famílias dos alunos deficientes acompanham o processo de ensino e aprendizagem junto a escola e os professores?

.....

6. Como educador em uma sala de aula com alunos com deficiência, o (a) senhor (a) percebe discriminação por parte dos alunos sem deficiência para com os que possui deficiência?

-----

7. O (a) senhor (a) como educador (a) da rede regular de ensino, tem a sua disposição um processo de formação contínua oferecida pelos órgãos públicos para dá continuidade à sua formação?

-----

8. A escola em que o (a) senhor (a) atua, disponibiliza recursos didáticos pedagógicos para atender as necessidades dos educandos com deficiência?

-----

9. Com base na sua opinião, os recursos físicos e materiais pedagógicos da escola em que o (a) senhor (a) atua, facilitam ou dificultam o processo de inclusão dos educandos com deficiência? Justifique a sua resposta.

-----

10. Em sua visão, quais os principais desafios, questões, dificuldades, anseios e dúvidas em relação ao trabalho docente com alunos com deficiência?

-----

## APÊNDICE 2- A ESCOLA PESQUISADA



